



Violência mítica e divina na educação: um outro olhar sobre os arquivos da violência escolar

*Amarildo Luiz Trevisan**

Resumo: Este artigo propõe repensar uma outra perspectiva sobre os arquivos da violência na educação no campo da filosofia da educação, com base nas noções de “violência mítica” e “violência divina” segundo Walter Benjamin. A violência mítica é a inferiorização do outro, enquanto a violência divina é exercida pelo poder em si mesmo, sem categorias meios-fim. Ambas as formas de violência podem estar presentes nas relações de autoridade, como a relação entre professor e aluno. A análise dessas noções nos arquivos da violência na educação revela que o silenciamento desses casos muitas vezes está relacionado a uma concepção mítica de poder e autoridade, o que pode levar à ocultação de casos de violência e silenciamento das vítimas, contribuindo para a perpetuação desse tipo de comportamento. A violência tem essa característica, por isso em geral ela é da alçada da barbárie, porque significa a recusa a resolver os problemas pelo uso de potenciais do diálogo ou do discurso.

Palavras-chave: Filosofia da Educação; Violência Mítica; Violência Divina; Arquivos; Docência.

Mythical and divine violence in education: another perspective on school violence records

Abstract: This article proposes to rethink another perspective on school violence records in the field of philosophy of education, based on the notions of "mythical violence" and "divine violence" according to Walter Benjamin. Mythical violence

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Pesquisador do CNPq. E-mail: trevisanamarildo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2534601801498544>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3575-4369>.

is the inferiorization of the other, while divine violence is exercised by power itself, without means-end categories. Both forms of violence can be present in relationships of authority, such as the relationship between teacher and student. The analysis of these notions in school violence records reveals that the silencing of these cases is often related to a mythical conception of power and authority, which can lead to the concealment of violence cases and silencing of victims, contributing to the perpetuation of this type of behavior. Violence has this characteristic, which is why it is generally within the realm of barbarism, as it means the refusal to solve problems through the use of dialogue or speech.

Keywords: Philosophy of Education; Mythical Violence; Divine Violence; Records; Teaching.

Violencia mítica y divina en la educación: otra perspectiva sobre los archivos de la violencia escolar

Resumen: Este artículo propone repensar otra perspectiva sobre los archivos de la violencia en la educación en el campo de la filosofía de la educación, basada en las nociones de "violencia mítica" y "violencia divina" según Walter Benjamin. La violencia mítica es la inferiorización del otro, mientras que la violencia divina es ejercida por el poder en sí mismo, sin categorías medios-fines. Ambas formas de violencia pueden estar presentes en relaciones de autoridad, como la relación entre profesor y alumno. El análisis de estas nociones en los archivos de la violencia en la educación revela que el silenciamiento de estos casos a menudo está relacionado con una concepción mítica de poder y autoridad, lo que puede llevar a la ocultación de casos de violencia y silenciamiento de las víctimas, contribuyendo a la perpetuación de este tipo de comportamiento. La violencia tiene esta característica, por lo que en general está dentro del ámbito de la barbarie, ya que significa la negativa a resolver problemas mediante el uso del diálogo o el discurso.

Palabras clave: Filosofía de la Educación; Violencia Mítica; Violencia Divina; Archivos; Docencia.

Introdução

A educação é como uma estrada que pode levar à igualdade e justiça, mas às vezes essa estrada é bloqueada pela violência. Essa violência pode tomar diferentes formas, algumas delas são como um véu que cobre a verdade e a realidade. A violência mítica e a divina, conceitos de Walter Benjamin, estão presentes em muitas situações de discriminação e exclusão social, bem como nas relações de poder na escola. Essas formas de violência podem levar ao silenciamento e à ocultação de casos de violência na educação, contribuindo para a perpetuação de um ciclo negativo. Neste artigo, buscarei lançar um outro modo de perceber os arquivos da violência na educação, considerando essas noções e suas implicações na dinâmica escolar em um mundo em transformação social, o que requer um olhar crítico sobre as origens do problema.

Bernstein (2015) explora em seu livro “Violencia: pensar sin barandillas” a questão da violência por meio das perspectivas de diferentes pensadores contemporâneos, como Carl Schmitt, Walter Benjamin, Hannah Arendt, Frantz Fanon e Jan Assmann. Entretanto, a abordagem que mais me impressionou na leitura do livro foi sobre Walter Benjamin, na qual, em seu artigo “Para a crítica da violência”, se refere de forma enigmática e metafórica ao trabalho do educador como uma “violência divina”. Bernstein se pergunta por que o curto artigo de Benjamin atraiu a atenção de vários importantes pensadores. Em busca de uma resposta, ele sugere que a razão pela qual o texto de Benjamin é tão sedutor é porque ele levanta “*perguntas* cruciais que devem ser enfrentadas por qualquer crítica da violência” (2015, p. 129, grifo do autor). Bernstein destaca a importância dessas perguntas-chave para a compreensão da violência e para o desenvolvimento de uma crítica eficaz desse fenômeno. Entre essas questões apontadas, Benjamin se pergunta se toda violência é predadora ou se existe alguma instância de entendimento mútuo por intermédio da linguagem? Já Günter Hartung, ao dissertar sobre o vocábulo “mito” na obra de Benjamin, percebe que a sua filosofia da história encontrou nesse artigo a sua aplicação “mais rica e frutífera”. E que talvez, justamente por isso, não é um texto simplesmente

jurídico ou pragmático-político, mas está assentado “na tradição das Críticas kantianas, e deste modo obtém um fundamento firme, o que significa que a violência em todas as suas formas” é analisada “criticamente em relação à eticidade” (2014, p. 782).

É por esse caminho que Benjamin vai definir a violência mítica, como aquela que se baseia na inferiorização do outro, na ideia de que alguns grupos são superiores e outros inferiores. Essa forma de violência pode estar presente em situações de discriminação, preconceito, exclusão social e outras formas de opressão. Já a violência divina é aquela que não se baseia em categorias meios-fim, mas tem um fim em si mesma, ou seja, é exercida pelo poder em si mesmo. Essa outra forma de violência pode estar presente em relações de autoridade, como a relação entre professor e aluno na escola.¹

Portanto, para Benjamin a violência não se reduz a esse aspecto de inferiorização do outro, existe um tipo de violência que vai além das categorias meios-fim, ela tem um fim em si própria - a violência divina - a qual tem a ver com o poder que o professor exerce na educação. Desse modo, nem toda a violência é “predatória”; existe também uma violência criativa, que Walter Benjamin denominava de “violência divina”. Ele utiliza a figura de Prometeu para exemplificar a violência divina, que seria uma forma de resistência à opressão e à dominação. Através da hermenêutica, é possível reinterpretar esse mito e utilizá-lo como referência para a construção de uma educação mais crítica e transformadora. Afinal, a hermenêutica contemporânea, ou pós-metafísica, se caracteriza como um tipo de abordagem que busca superar o essencialismo, seja da substância ou da consciência, procurando “localizar o silenciamento arbitrário que detém a voz e as razões do outro, que é o germe característico do que conhecemos como ‘violência’” (Paz, 2005, p. 563).

Diante dessas reflexões, uma questão me instigou: será que é viável lançar um outro olhar sobre os arquivos da violência na educação, com base nas ideias de violência mítica e divina de Walter Benjamin? No texto que

¹ Tratei sobre o conceito de “violência mítica” e “violência divina”, a partir de Walter Benjamin, no artigo *Teorias da educação: a violência entre meios e fins*. (Trevisan, 2017).

vou apresentar, gostaria de explorar uma hipótese que poderia oportunizar uma abordagem diferente dos repositórios da violência escolar. Por isso, o objetivo deste artigo é apresentar outra abordagem para os arquivos da violência na educação, a partir das concepções de violência tratadas por Benjamin. Nessa perspectiva, considero importante que a docência e as teorias da educação possam colaborar para redimensionar a ideia de arquivo da violência, contribuindo mais enfaticamente como o seu papel de promover uma revisão crítica das interpretações e pressupostos que orientam as práticas pedagógicas. Acredito que esse reposicionamento possa ser alcançado por meio da reflexão e diálogo crítico sobre as diferentes perspectivas teóricas e práticas educacionais a esse respeito. Além disso, defendo ser fundamental trabalhar os arquivos de forma adequada, sem silenciamentos ou ocultação, para que possam ser objeto de reflexão e aprendizado. A partir da reflexão filosófica sobre esses arquivos, é possível estabelecer mediações dialógicas e esclarecidas, que permitam aos professores lidar com os conflitos e a violência de forma a não os reproduzir, mas, sim, buscar soluções construtivas para a convivência em sociedade.

Para uma melhor compreensão das proposições apresentadas, será realizada primeiramente uma conexão entre as noções de violência e linguagem com a preservação da memória. Essa vinculação será ilustrada por meio da metáfora da tragédia "Prometeu Acorrentado", de Ésquilo, mencionada no artigo "Para a crítica da violência", de Walter Benjamin. A partir dessa discussão, será abordado o silenciamento dos arquivos da violência nas escolas e possíveis estratégias para enfrentá-lo, especialmente em relação ao lugar vago de exercício da docência. As ideias de Benjamin serão exploradas para entender como o poder é desempenhado na educação e como isso pode contribuir para a violência nas escolas. Utilizando essas ferramentas teóricas, a pesquisa irá propor uma crítica filosófica dos arquivos da violência na educação, com o objetivo de compreender a relação entre a ausência de reflexão crítica no exercício da docência e a questão da violência nas escolas. Enfim, a pesquisa busca propor mediações dialogadas e esclarecidas para lidar com a questão da violência na educação, a partir da compreensão dos seus arquivos sob uma perspectiva crítica e reflexiva.

A tragédia de Prometeu e sua relação com a violência na visão de Benjamin

A violência escolar é um problema que afeta muitas escolas em todo o mundo, e muitos esforços têm sido feitos para enfrentá-la. No entanto, para compreender a raiz do problema, é importante examinar os conceitos subjacentes à violência, como a relação entre força e razão, e como essas ideias foram exploradas na tragédia grega. A tragédia “Prometeu acorrentado” narra as aventuras e desventuras do herói titã, o mensageiro do progresso, o qual, na tradução da palavra grega, significa “o que viu antes” e por isso ele era procurado por ter dons adivinatórios. Não foi por outro motivo que ele ficou pagando uma pena acorrentado a um penhasco, por ter auxiliado o progresso da humanidade no conhecimento da ciência, nos inventos, mas principalmente, por haver roubado o fogo aos deuses. Apesar de mostrar as obsessões do titã em ajudar os humanos, custe o que custar, subjaz no drama de Ésquilo uma crença na resolução dos problemas e conflitos não pela violência, e, sim, pela via discursiva e do entendimento. Tanto é verdade que há uma personagem muda na tragédia que se chama, justamente, Violência.

Walter Benjamin faz menção à essa tragédia no seu famoso artigo *Zur Kritik der Gewalt* (Para a crítica da violência) escrito em 1921, quando tinha 28 anos. O texto é considerado profundo e enigmático, gerando controvérsias na comunidade filosófica desde então. A interpretação de Jacques Derrida em seu livro *Força de lei*, que tenta aproximar a concepção da "violência divina" da proposta nazista da "solução final" durante a Segunda Guerra Mundial, trouxe o texto de Benjamin para o cenário intelectual contemporâneo.

Benjamin discute aí a questão da violência relacionada ao direito, abordando a palavra alemã *Gewalt*, que pode significar tanto violência quanto poder e autoridade. Ele vê o poder como violência e a violência como poder. No entanto, sua tese de que há um tipo de violência que não se enquadra nas categorias tradicionais da coerção e que é puro meio, não fim, ainda precisa ser mais desenvolvida, especialmente no contexto da

educação. É assim que ele se refere à tragédia “Prometeu acorrentado” em seu artigo:

Quão pouco tal violência divina era, no sentido da Antiguidade, a violência mantenedora do direito através do castigo, fica patente nas lendas em que o herói, por exemplo, Prometeu, desafia o destino com digna coragem, luta contra ele, com ou sem sorte, e não é deixado pela lenda sem esperança de um dia trazer aos homens um novo direito. É, no fundo, esse herói e a violência de direito do mito que lhe é intrínseca que o povo tenta presentificar, ainda nos dias de hoje, quando admira o grande criminoso (Benjamin, 2013, p. 147).

Essa reflexão é pertinente ao relacionar a tragédia de Prometeu com a ideia de violência divina e a violência mantenedora do direito através do castigo. Na peça de Ésquilo, Prometeu é punido pelos deuses por ter roubado o fogo e auxiliado o progresso da humanidade, mas ao mesmo tempo é admirado pela coragem de lutar contra o destino e pela esperança de um dia trazer um novo direito aos humanos. A personagem muda chamada Violência pode representar a violência como um elemento presente na peça, mas que não é capaz de equacionar os problemas e conflitos, que deveriam ser resolvidos pela via discursiva e do entendimento. Dessa forma, a reflexão sugere que a violência não é um recurso salutar para a resolução dos conflitos e problemas presentes na educação, incluindo a violência escolar. Ao invés disso, é necessário buscar caminhos que possibilitem o diálogo e o entendimento, como forma de encontrar soluções pacíficas e justas para esses problemas. A violência é vista como uma recusa em resolver problemas pela via do diálogo e do discurso, o que a caracteriza como um comportamento bárbaro.

Mas é o próprio Prometeu quem desacredita de sua força, ao proclamar que “caberia a vitória a quem prevalecesse não pela força e violência, mas apenas pela suave astúcia” (Ésquilo, 1998, p. 25). Prometeu, mesmo sendo um herói poderoso, acredita que a vitória não deve ser alcançada pela força e violência, mas sim pela agudeza de inteligência.

Oceano, um dos personagens, também reforça essa ideia ao afirmar que as palavras são capazes de curar o rancor de Prometeu. A personagem Oceano chega também a adverti-lo nesse sentido: “Não sabes, Prometeu, que as palavras são médicos capazes de curar teu mal, este rancor?” (Ésquilo, 1998, p. 32). Essa frase, que pode ter sido o toque inicial inspirador à psicanálise, demonstra a potência do diálogo para o mundo grego. A confiança na potência do diálogo é vista como uma das marcas da cultura grega, porque ela considerava o discurso como uma ferramenta importante para a construção do conhecimento e da verdade. Paul Ricoeur, filósofo contemporâneo que estudou profundamente a cultura grega, afirmou que “o discurso e a violência são contrários fundamentais da existência humana” (RICOEUR, 1995, p. 67), mostrando que a violência, por recusar a resolução de problemas por meio do entendimento, é vista como uma característica da barbárie. Desse modo, a tragédia grega carrega em si a potência do logos filosófico, que na verdade emergiu mais claramente um século depois, sendo traduzido justamente por palavra, linguagem ou fala. As crenças da população grega, colonizada pelos mitos, tiveram que ser purificadas ou buriladas pela tragédia clássica para ascender ao logos da Filosofia, entendido como fala racional. E essa é uma luta que envolve toda a história humana vivida sob os auspícios da razão, desde a Grécia Antiga, quando se opunham “violência e logos, força e razão” (Debarbieux; Blaya, 2002, p. 18).

Chama a atenção que o auxílio aos humanos, para abrir os seus olhos e ouvidos à forma de tratar o mundo de maneira engenhosa e inteligente, fez Prometeu valorizar também, e de maneira ímpar, a dimensão da memória: “Depois chegou a vez da ciência dos números, de todas a mais importante, que criei para seu benefício, e continuando, a da reunião das letras, a memória de todos os conhecimentos nesta vida, labor do qual decorrem as diversas artes” (Ésquilo, 1998, p. 35). Ou seja, a criação da ciência dos números e do alfabeto possibilitou a eclosão da mãe de todas as ciências: a memória. Portanto, pode-se antever que a prevenção à violência tem a ver, para a sabedoria trágica, com a preservação do passado.

Uma das principais reflexões que podem ser extraídas da tragédia “Prometeu acorrentado” é a importância da razão em oposição à força bruta. Prometeu, o titã que trouxe a ciência e o conhecimento para os humanos, valorizava muito a inteligência e a astúcia, e reconhecia que a vitória não vinha da força e da violência, mas da suave astúcia. Prometeu valorizava a inteligência e a memória, como pode ser visto em sua criação da ciência dos números e do alfabeto, que possibilitaram o desenvolvimento da memória. Portanto, a prevenção da violência está diretamente relacionada à preservação da memória do passado.

A ruptura com a violência predadora do sistema abre assim a possibilidade também de encarar o problema pela via positiva da memória, ao admitir que existe “uma esfera da não violência no entendimento humano que é totalmente inacessível à violência: a esfera própria da ‘compreensão mútua’, a linguagem” (Benjamin, 2013, p. 139). Dar importância à não violência sugere que a linguagem, quando bem utilizada, é uma esfera inacessível à violência, onde é possível alcançar uma outra relação que não se reduz a meios e fins, mas a meios puros.

Por “meios puros” Benjamin entende a variedade de técnicas de linguagem que dão nas relações humanas para resolver situações conflituosas, sem recurso à violência. Ele pensa sobretudo naquelas divergências que prescindem de marcos contratuais para gerar um acordo. A cortesia sincera, a afinidade, o amor, a paz, a confiança, porém também a mentira e o engano, são meios que estão sempre disponíveis para a resolução pacífica de conflitos (López, 2019, p. 221).

Ao reconhecer que a linguagem é uma esfera própria, Benjamin está enfatizando a importância da comunicação não violenta e do diálogo na resolução de conflitos. Ele sugere que a linguagem pode servir como uma forma de resistência à violência, permitindo que as pessoas encontrem soluções pacíficas para os problemas. Essa visão de Benjamin pode ser vista como uma crítica à concepção de que a resolução de conflitos se dá apenas por meio de acordos formais e contratuais, destacando a importância das

relações humanas baseadas na confiança e no respeito mútuo. No entanto, é importante ressaltar que a utilização de meios menos nobres, como a mentira e o engano, pode comprometer a integridade das relações interpessoais e, portanto, deve ser evitada.

E ao explicitar a importância da esfera da não violência, Benjamin sugere ainda que a memória pode ser uma ferramenta importante na busca por soluções pacíficas. Benjamin chega a fazer uma reflexão interessante sobre o apagamento da memória e como isso pode levar as instituições à decadência. Ele cita o exemplo dos parlamentos que, ao apagarem seus arquivos sobre os movimentos revolucionários que provocaram sua existência, perderam a consciência das forças revolucionárias e, conseqüentemente, entraram em decadência.

Quando se apaga a consciência da presença latente da violência numa instituição de direito, esta entra em decadência. Um exemplo disso, na época atual, são os parlamentos. Eles proporcionam o lamentável espetáculo que se conhece porque perderam a consciência das forças revolucionárias às quais devem sua existência (Benjamin, 2011, p. 137).

Podemos fazer uma analogia com a função da escola, que deve sua origem a uma luta revolucionária pela educação para todos. O apagamento da memória da violência presente na instituição escolar pode levar à sua decadência e à perda de sua função social transformadora. A reflexão de Benjamin nos convida a repensar a importância da preservação da memória nas instituições para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, portanto.

A memória permite então que as pessoas reflitam sobre as experiências passadas e aprendam com elas, e também pode ser usada para construir um sentido de comunidade e identidade compartilhada, baseados em valores e princípios de não violência. É importante que as escolas e as teorias da educação considerem a importância do passado na construção de identidades e na compreensão do mundo, pois a memória não deve ser vista

apenas como um acervo de informações, mas, sim, como um processo dinâmico que nos ajuda a compreender a nossa história e a nossa identidade.

Ao reconhecer a esfera da não violência, Benjamin está chamando atenção para a importância de uma educação que promova o diálogo, a comunicação não violenta e a construção de uma cultura de paz, situações estas que seguem o caminho da “violência divina”.

Essa violência divina não é atestada apenas pela tradição religiosa, mas encontra-se também na vida presente em pelo menos uma manifestação consagrada. O poder que se exerce na educação, que em sua forma plena está fora da alçada do direito, é uma de suas formas manifestas (Benjamin, 2013, p. 152).

O filósofo destaca aqui a ideia de que a violência não é restrita apenas à tradição religiosa, mas pode se manifestar em diferentes aspectos da vida cotidiana, incluindo na educação. O autor argumenta que o poder exercido na educação, que muitas vezes está além do escopo da lei, pode ser considerado uma forma de violência divina, já que se baseia em uma autoridade que transcende a mera coerção física ou legal. Ao fazer essa afirmação, ele está enfatizando a importância de repensar nossa compreensão da violência e do poder na sociedade. E sugere que precisamos ir além das categorias tradicionais de coerção e violência para entender como o poder é exercido de forma mais sutil e invisível em nossas vidas. A educação, como uma das principais instituições que moldam a vida humana, é um campo crucial para explorar essas questões e buscar alternativas mais justas e equitativas para a organização social.

Assim, do mesmo modo como Walter Benjamin busca na Antiguidade as forças do herói mítico, Prometeu, para transcender o destino da violência predadora do sistema, também as escolas e suas teorias da educação são desafiadas hoje a repensar o seu relacionamento com o passado, a memória e, portanto, o problema do esquecimento. E é essa potência do logos que pode ser mobilizada para combater a violência escolar e promover um ambiente educativo saudável e pacífico. A prevenção da violência escolar envolve a promoção do diálogo, do respeito e da

tolerância, e o desenvolvimento da inteligência e da memória como valores fundamentais na formação humana. E dado que os mitos, na tradição grega, mostram o confinamento a que podem levar as enormidades, como as narrativas da escola podem hoje ser libertas da falta de memória, promovendo a retirada dos arquivos da violência do seu silenciamento? E ainda, como a educação tem se posicionado, nos últimos tempos, a respeito da questão dos arquivos da memória no processo de ensino e aprendizagem?

Desafios de lidar com a memória da violência na educação

Walter Benjamin constata que a violência mítica e divina na Antiguidade era uma forma de manter a ordem social através da punição, mas as lendas mostram que os heróis desafiavam o destino e lutavam contra ele em busca de um novo direito. De outra maneira, a violência não era uma forma fixa e imutável de manter a ordem, mas algo que poderia ser desafiado e mudado. É claro que, ao aludir à violência mítica, Benjamin não estava referindo-se somente aos mitos gregos, e sim, como adverte Bernstein: “A violência mítica é a violência fundadora e conservadora do direito *atual*” (2015, p. 103, grifo do autor). A violência mítica é considerada por Bernstein como a violência que estabelece e preserva o direito atualmente e, assim, que a violência não é apenas um fenômeno histórico ou social datado ou isolado, mas está ligada diretamente ao processo de criação e manutenção do sistema jurídico. Dessa forma, a reflexão de Benjamin e a citação de Bernstein levam a uma análise mais profunda da violência e suas implicações na sociedade, especialmente no que diz respeito ao papel do direito na legitimação ou contestação da violência.

Desse modo, essa ideia pode ser deslocada para melhor compreender a questão da violência escolar, sugerindo que a não aceitação da violência como uma parte inevitável da escola ou da sociedade em geral, ainda é um desafio. E sim, provocar a reflexão sobre as atitudes que propagam discursos de ódio para buscar novas formas de relacionamento entre as pessoas. Além disso, a ideia de que a violência pode ser

transformada em algo positivo, como a luta por um novo direito, pode nos inspirar a buscar soluções criativas e construtivas para lidar com a violência escolar e suas causas subjacentes.

A violência na educação é um tema complexo que muitas vezes é tratado com silêncio e indiferença. É como se esses arquivos de violência fossem guardados em um baú trancado, cujas chaves são mantidas por aqueles que possuem o poder de autoridade. Ao abrir esse baú e trazer à tona essas histórias de violência, é possível perceber que muitas vezes elas são alimentadas por uma concepção mítica do poder, em que alguns são vistos como superiores e outros como inferiores. Uma possível abordagem para revisar a literatura pedagógica a partir da ideia de arquivo é analisar como as ideias e práticas pedagógicas brasileiras foram registradas, documentadas e preservadas ao longo do tempo.

Na pesquisa realizada no estado do Paraná, por exemplo, Moro identificou o "Código de Ensino do Estado do Paraná" como a ocorrência mais antiga, em 9 de janeiro de 1917, de documentos contendo informações sobre o sistema disciplinar vigente nas escolas, em especial o uso do "Livro Preto" para registrar infrações cometidas pelos alunos. Este livro era uma fonte primária de dados que subsidiou a pesquisa, permitindo identificar como as negociações entre autoridade e autoritarismo, disciplina e indisciplina eram reguladas nas escolas.

Os documentos que despertaram nossa atenção continham informações sobre o sistema disciplinar vigente nas escolas, mais especificamente o punitivo, que era utilizado durante o processo de ensino-aprendizagem, tanto pelos Grupos Escolares como pelas Escolas de Formação de Professores (que existiram num período da história da educação paranaense), e depois pelas chamadas Escolas Normais (Moro, 2021, *on line*).

O “Livro Preto” apresenta informações relevantes sobre o sistema disciplinar vigente nas escolas do Paraná, ressaltando a sua natureza punitiva e racista, bem como o seu uso ao longo do processo de ensino e

aprendizagem. O sistema disciplinar era utilizado tanto pelos Grupos Escolares quanto pelas Escolas de Formação de Professores e, posteriormente, pelas Escolas Normais, evidenciando a sua ampla aplicação no contexto educacional paranaense. Essas informações são importantes para entender a história da educação e refletir sobre a influência desse sistema disciplinar na formação e desenvolvimento dos estudantes e na cultura escolar.

Refletir sobre a presença dos arquivos da violência no processo de ensino e aprendizagem é fundamental para promover uma educação mais inclusiva e democrática. As escolas e as teorias da educação, ao trabalhar com uma perspectiva crítica da história, revelam as contradições e as lutas que permeiam a nossa sociedade. Para isso, é fundamental pensar sobre temas como a história das minorias, a luta contra o racismo e a discriminação, a história da violência e das violações dos direitos humanos. Essas temáticas poderiam ser abordadas de maneira plural e aberta, com espaço para diálogo e reflexão crítica.

A reflexão crítica e a construção de novas formas de pensar e agir podem assim ser incentivadas no ambiente educacional, sem imposições ou autoritarismo. As escolas e as teorias da educação ao reconhecer o seu papel na preservação crítica dos arquivos e na luta contra a violência colaboram para construir uma sociedade mais justa e democrática, que valoriza a diversidade e respeita os direitos humanos. Isso implica examinar como as instituições de ensino, as políticas educacionais e as produções teóricas foram arquivadas e como esses registros têm sido utilizados para a construção de narrativas sobre a educação.

Ao considerar o passado do pensamento pedagógico, é importante reconhecer as práticas arquivísticas que foram adotadas e suas consequências para a preservação e compreensão da história da educação. Além disso, é fundamental examinar a relação entre a ideia de arquivo e as concepções pedagógicas que foram hegemônicas em diferentes períodos da história, bem como as formas como essas concepções foram registradas e transmitidas.

A análise da abordagem educacional a partir da ideia de arquivo pode oferecer importantes contribuições para a compreensão da história da educação, permitindo a identificação de continuidades e rupturas nas concepções pedagógicas ao longo do tempo e a compreensão das formas como as práticas educativas têm sido registradas, preservadas e transmitidas. Porém, é importante lembrar que, se não repensarmos adequadamente o papel do professor, isso pode contribuir para a violência nas escolas, dado que a memória é importante para aprendermos com o passado e lidarmos com o presente e o futuro. Segundo Benjamin, a violência não é apenas uma forma de inferiorizar os outros, mas também pode ser vista como uma forma de poder exercido pelos professores na educação.

O silêncio em torno dos arquivos de violência nas escolas pode ter diversas origens, desde o medo de retaliações até a falta de preparação dos professores para lidar com essas questões, passando pela carência de políticas públicas efetivas nesta área e pela cultura do individualismo, que dificulta a discussão coletiva de problemas. A respeito disso, Chrispino e Dusi fazem uma complementação importante:

O primeiro esclarecimento necessário é que a violência escolar é sistêmica e complexa. Por tal razão, não é razoável esperar que seja superada por ações pontuais e espasmódicas, movidas pela comoção de um fato mais contundente que fere a sensibilidade social. Ele pede o desenvolvimento de uma capacidade de antecipação por meio de diagnóstico realista, análise prospectiva, planejamento com capacidade de aplicação, convergência de ações entre os diversos atores para o fim determinado, avaliação de processo e de resultado e, quiçá, responsabilização pelo feito e pelo não-feito no assunto (2008, 602).

De fato, dado a natureza sistêmica e complexa da violência escolar, soluções pontuais e reativas não são suficientes para combatê-la. Em vez disso, o autor sugere que é necessário adotar uma abordagem mais abrangente e sistemática, baseada em um diagnóstico realista da situação, análise prospectiva, planejamento cuidadoso, coordenação de esforços entre

os diversos atores envolvidos, avaliação constante dos resultados e, se necessário, responsabilização pelos sucessos e falhas na abordagem do problema. Essa abordagem holística e proativa é essencial para lidar com a violência escolar de forma eficaz, pois reconhece que a violência não é apenas um problema de escolas ou indivíduos isolados, dado que todo o sistema educacional deveria ser revisto. Em outros termos, é preciso trabalhar em conjunto com todos os envolvidos no processo educacional - professores, alunos, pais, gestores escolares, autoridades policiais e líderes comunitários - para identificar e resolver as causas subjacentes da violência escolar. Porém, sem a valorização do diálogo e da comunicação não violenta nenhuma iniciativa nesse sentido será promissora.

Além disso, acredito que a mudança e a reforma passam pela reflexão e revisão crítica do pensamento, pois a violência nem sempre é destrutiva, mas pode ser criativa, como chamada por Walter Benjamin de "violência divina". Diante disso, cabe questionar: como podemos analisar a dinâmica atual que o conceito de violência escolar assume, levando em consideração as profundas transformações pelas quais o sistema social vem passando no atual contexto, marcado pelo crescente aumento da violência e o processo de barbarização da subjetividade contemporânea?

Walter Benjamin e as reflexões sobre a barbárie contemporânea

Walter Benjamin é reconhecido como um importante ponto de apoio para se pensar a barbárie contemporânea, uma vez que sua filosofia questionou a emergência das técnicas de governo baseadas em preconceitos biológicos e genéticos como critérios seletivos das políticas públicas.

Benjamin entendia essa barbárie na linha dos teóricos da Escola de Frankfurt, que viam nela uma ameaça inerente ao processo civilizatório devido às contradições e às dinâmicas internas da própria civilização moderna. Na sua obra mais influente, "Dialética do Esclarecimento" (1985), Adorno e Horkheimer argumentam que o processo de esclarecimento, que deveria levar à emancipação humana e ao progresso racional, na verdade,

contém em si a semente da barbárie. A crítica deles se concentra na forma como a razão instrumental – a razão que busca a eficiência e o controle técnico sobre a natureza e a sociedade – tem dominado o processo civilizatório. Eles acreditavam que essa forma de razão, ao se tornar dominante, subverteu o próprio objetivo de emancipação, transformando a civilização em um mecanismo opressor que aliena os indivíduos e desumaniza as relações sociais.

A razão instrumental, ao reduzir tudo a meios e fins, sem considerar valores éticos ou a dignidade humana, leva a uma instrumentalização dos próprios seres humanos, que passam a ser tratados como objetos manipuláveis. Isso, segundo a Escola de Frankfurt, abre caminho para formas extremas de violência e dominação, como o fascismo e o genocídio, que são manifestações modernas de barbárie.

Além disso, Adorno e Horkheimer argumentam que a civilização, ao tentar subjugar a natureza e eliminar as incertezas da existência humana, acaba por reprimir os aspectos irracionais e não controláveis da vida. Essa repressão, ao invés de eliminar a barbárie, a intensifica, pois os impulsos reprimidos retornam de maneira distorcida e violenta, como evidenciado nas atrocidades do século XX, incluindo a Segunda Guerra Mundial e o genocídio dos campos de concentração.

Giorgio Agamben (2002), tradutor para o italiano e intérprete das obras de Benjamin, ressalta que a separação da vida animal (*zoé*) e da vida qualificada (*bios*), clara para os antigos, transformou-se na passagem do século XIX para o XX, com a entrada da *zoé* na esfera da *bios*. Isso levou ao desenvolvimento de tecnologias de comportamento das populações como forma de controle da vida, podendo tanto ampliar a qualidade da vida humana quanto animalizá-la. Durante a Segunda Guerra Mundial, os regimes nazista e fascista levaram a barbárie ao extremo, usando técnicas de governamentalidade para controlar a vida humana como se fosse uma espécie animal. Os governantes passaram a tratar os indivíduos como corpos coletivos, não apenas como corpos individuais, o que resultou na criação de campos de concentração, onde a vida humana foi reduzida a nada mais do que um corpo nu.

Infelizmente a educação não escapou da realidade sombria de colaborar para a difusão da barbárie da violência. Durante o regime nazista, a educação foi utilizada como um meio de doutrinação e propaganda do partido, visando à criação de uma nova geração de indivíduos que compartilhassem dos valores e ideologias do regime. As escolas foram usadas para ensinar a superioridade da raça ariana, promover o antissemitismo e o nacionalismo extremo, e treinar as crianças para o serviço militar. Através do controle da educação, o regime nazista tentou moldar a mente e os corpos das crianças e jovens de acordo com seus interesses políticos. Isso mostra como as escolas (e universidades) podem ser usadas como um instrumento de poder e controle sobre a vida das pessoas, reforçando valores e normas culturais hegemônicas perpetuadoras da violência. Por isso, precisamos refletir mais profundamente sobre como essa colonização da subjetividade ainda influencia a educação atualmente.

Na obra "Força de Lei", Jacques Derrida (2010) estabeleceu uma conexão entre a "violência divina" e a "solução final" proposta pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Derrida, essa relação foi estabelecida devido à forma como a violência foi perpetrada nos campos de concentração, pois ocorreu sem o derramamento de sangue. Essa característica da violência sem sangue, como apontada por Benjamin, é uma marca da violência divina. Nos campos de concentração, os prisioneiros eram executados em câmaras de gás e fornos crematórios, o que reforça a conexão entre a "solução final" e a ideia de violência divina.

E isso tornou a obra de Walter Benjamin especialmente significativa em relação à catástrofe nazista, despertando reações de vários pensadores, como Richard Bernstein, Giorgio Agamben, Axel Honneth, Slavoj Žižek, Judith Butler, entre outros, que contestaram essa versão de Derrida. Dessa forma, a obra de Walter Benjamin e sua preocupação com a vida e a memória se conectam com a barbárie ao trazerem à tona a relação entre a vida e o poder. Acreditamos que há uma lacuna no contexto educacional quanto à discussão sobre a relação entre a obra de Benjamin e a barbárie da Segunda Guerra. Ao contrário do que foi proposto por Derrida, a barbárie não se apoia em uma concepção divina de violência, mas em uma concepção

mítica. É importante que essa discussão seja explorada para que possamos compreender melhor os mecanismos que levam a atos de violência e barbárie, e assim, desenvolver estratégias para preveni-los.

Por isso, a dinâmica atual do conceito de violência escolar pode ser analisada levando em conta as profundas transformações sociais pelas quais o mundo vem passando. O aumento da violência e o processo de barbarização da subjetividade são fatores importantes a serem considerados nessa análise, perguntando-se como o controle sobre os corpos dos estudantes e dos docentes afeta a dinâmica escolar.

Ao utilizar essas noções de Walter Benjamin para fazer a análise dos arquivos da violência na educação atual, podemos perceber que muitas vezes o silenciamento a esse respeito está relacionado a uma concepção mítica de poder e autoridade, em que o professor é visto como um ser superior que deve ser obedecido sem questionamentos. Essa visão pode levar à ocultação de casos de violência e ao silenciamento das vítimas, contribuindo para a perpetuação desse tipo de comportamento. Ao mesmo tempo, propicia pensar em estratégias para lidar com esses arquivos a partir das concepções de redução da violência na educação.

Isso significa reconhecer o poder que os professores têm na relação com os alunos e utilizá-lo de forma consciente e ética, buscando sempre promover o desenvolvimento, a segurança e a integridade dos alunos. Além disso, é necessário uma mudança na concepção de autoridade na educação, para que ela seja exercida de forma mais democrática e dialogada, levando em consideração a perspectiva dos alunos e suas necessidades. Assim, é favorecida a reflexão sobre uma outra forma de abordagem dos arquivos da violência escolar e a não reprodução da violência na sociedade por mecanismos de repressão, mas para debelar, diminuir ou distender os conflitos e a violência, segundo mediações dialogadas e esclarecidas. De que maneira isso pode se tornar possível?

A violência escolar, hoje, não pode mais ser vista apenas como uma questão pontual dentro das escolas, mas também como um reflexo da violência presente na sociedade como um todo. A colonização exercida pela violência na subjetividade, que se refere ao controle exercido pelos poderes

públicos e privados sobre o corpo e a vida dos indivíduos, contribui para a violência nas escolas ao impor padrões e modelos de comportamento que muitas vezes não são condizentes com as necessidades e demandas dos estudantes e professores.

Além disso, as transformações no sistema social, como o aumento da desigualdade, a precarização do trabalho e a exclusão social, também têm impacto na dinâmica da violência escolar. A falta de oportunidades e perspectivas para jovens de determinadas comunidades pode levar à marginalização e, conseqüentemente, à violência. Diante desse contexto, é necessário repensar a abordagem da violência escolar, considerando sua relação com as transformações sociais e a barbarização da subjetividade. É preciso buscar soluções que sejam capazes de enfrentar as raízes do problema, ao invés de apenas tratar seus sintomas. Assim, é preciso indagar: quais os efeitos que a ocultação e o silenciamento dos arquivos e da memória sobre a violência trazem para o pensamento e para a autocompreensão da educação?

A ocultação e o silenciamento dos arquivos e da memória sobre a violência na educação têm efeitos negativos sobre o pensamento e a autocompreensão da educação. Em primeiro lugar, essas práticas impedem que se compreenda a violência escolar em sua complexidade histórica e social, o que pode levar a uma compreensão superficial do fenômeno e à adoção de soluções simplistas e punitivas. Em segundo lugar, a ocultação e o silenciamento dos arquivos e da memória podem reforçar a cultura do silêncio e da impunidade em relação à violência, contribuindo para a perpetuação do problema.

Além disso, a falta de uma reflexão crítica sobre os arquivos e a memória da violência escolar pode impedir o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas, que levem em conta as experiências de violência dos estudantes e docentes, promovendo o diálogo e a mediação de conflitos. Em vez disso, contribuem para a perpetuação de relações de poder assimétricas e excludentes dentro das escolas. Por fim, é importante indicar que a reflexão crítica sobre os arquivos e a memória da violência escolar está em consonância com a ideia da construção de uma

cultura de paz e respeito aos direitos humanos dentro das escolas, e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e democráticas.

Para isso é importante salientar a necessidade de revisitar as ideias, teorias e métodos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, ou seja, todo o inventário ou acervo das ideias pedagógicas por meio da perspectiva filosófica da ideia de arquivo da violência. Dessa forma, pode-se obter um entendimento mais profundo da história e das práticas educativas, identificando os prolongamentos e as descontinuidades nas concepções pedagógicas ao longo do tempo e compreendendo como as práticas educativas foram registradas, preservadas e transmitidas a partir da imagem de arquivo.

Revisitando os arquivos da violência à luz da filosofia da educação

A filosofia da educação desempenha um papel essencial ao refletir sobre os horizontes de sentido do processo pedagógico, questionando os seus objetivos, valores, pressupostos teóricos e práticas educacionais. Ela não é meramente prescritiva, ou seja, não se limita a dizer o que deve ser feito na educação, mas é problematizadora, provocando a assunção de novos horizontes a serem alcançados no processo de ensino e aprendizagem. Afinal, como define Trevisan (2020, p. 11):

A interrogação abre o espaço do diálogo para o não dito e o interdito. Ela é a condição para abertura do diálogo e a capacidade de nos expor, de nos aventurar no desconhecido. A tendência natural muitas vezes é acomodar o desconhecido ao já conhecido, o que demanda pouco esforço de adaptação. Mas isso é uma ilusão da situação de conforto, pois é justamente o questionamento que provoca a arte de desconcertar, de ir além e de fugir dos estereótipos. Quando ficamos no já sabido, corremos o risco de permanecer prisioneiros de nossas crenças e de trivialidades,

mas quando nos lançamos na dúvida e no questionamento podemos de alguma maneira “quebrar” o preconceito do uso estratégico do discurso que visa somente o enfraquecimento do outro.

A filosofia da educação é responsável por trazer questionamentos importantes para a noção de arquivo da violência escolar, e ajudar a elucidar os supostos políticos, ideológicos e culturais por trás dessa ideia. Além disso, ela é fundamental para promover o autoesclarecimento pedagógico tanto de educandos quanto de educadores, auxiliando-os a entender as razões e consequências das práticas educacionais adotadas.

Os "arquivos da violência escolar" podem ser entendidos como construções discursivas que coletam, categorizam e, muitas vezes, patologizam comportamentos considerados desviantes no ambiente escolar. Esses arquivos, ao serem aceitos sem questionamento, podem reforçar políticas e práticas punitivas que não abordam as causas profundas da violência, mas sim perpetuam estigmas e marginalizações. A filosofia da educação, ao abrir espaço para o diálogo sobre o não dito e o interdito, desafia essas construções, propondo que os arquivos da violência escolar não sejam apenas registros neutros, mas sim produtos de pressupostos políticos, ideológicos e culturais que precisam ser interrogados. Em vez disso, ela promove a arte de desconcertar, de desafiar as categorizações fáceis e de abrir espaço para novas formas de entender a violência escolar que possam, por exemplo, considerar os contextos sociais e emocionais dos envolvidos, e não apenas rotulá-los.

Ao revisitar o pensamento pedagógico contemporâneo e buscar uma aproximação com o passado, a filosofia da educação pode fornecer material de apoio à análise das limitações da “metáfora de progresso” e da ideia de “arquivo ultrapassado”. Isso abre possibilidades para outras abordagens teóricas, como a ideia de arquivo da violência, que pode provocar uma reflexão mais profunda e crítica sobre os pressupostos da educação e a implicação coordenada com a lacuna do lugar vago da docência deixado por certas teorias da educação. Como bem salienta Pereira: “As teorias

pedagógicas, ao contribuírem para colocar em suspensão parte da autoridade do mestre, parecem tê-lo abandonado, como também a seus discípulos, à sua própria sorte (2008, p. 168). Ao questionar a ideia do arquivo da violência com uma lente teórica, é possível explorar como a violência tem sido documentada, registrada e transmitida ao longo do tempo, e como esses registros afetam a forma como a violência é entendida e abordada pela educação atual. O arquivo pode fornecer evidências históricas importantes para a reflexão crítica sobre questões sociais e políticas e, nesse sentido, ele pode ser visto como uma ferramenta para refletir melhor sobre esse declínio na docência, permitindo que professores e alunos tenham acesso a informações e perspectivas que podem ajudá-los a entender melhor o mundo ao seu redor e a refletir criticamente sobre questões complexas, como a violência.

Do mesmo modo, Elisabeth Roudinesco reconhece a necessidade de que a ideia de arquivo confronte dois extremos, ao colocar um limite entre a livre interpretação e, ao mesmo tempo, distanciar-se do saber absoluto.

Entre esses dois impossíveis, que são como dois limites de uma mesma interdição – interdição do saber absoluto, interdição da soberania interpretativa do eu -, não há como não admitir que o arquivo (destruído, excessivo, presente ou apagado) é a condição da história (2006, p. 9).

A cena do lugar vago da docência pode estar relacionada aos limites que o arquivo pode representar para os dois absolutos epistêmicos, a livre interpretação e o saber absoluto, que precisam ser desafiados. O lugar hipotético da docência se refere à complexidade e incerteza que estão presentes no processo de ensino e aprendizagem, o que exige que o professor atue de forma mais reflexiva e crítica em sua prática. A ideia de arquivo da violência pode trazer outras perspectivas de reflexão sobre os pressupostos educacionais e a lacuna deixada por certas teorias educacionais nesse sentido. Assim, a ideia de arquivo pode ser um anteparo ao lidar com a interdição desses dois extremos perturbados e garantia de uma abordagem mais equilibrada e crítica no âmbito educacional.

A filosofia da educação e o arquivo podem ser utilizados como ferramentas para ajudar o professor a preencher esse lugar vazio, pois ambos são orientados por valores éticos e políticos que buscam promover a justiça social e a liberdade, o que é fundamental para que a educação seja transformadora e disruptiva. Tanto o arquivo quanto a filosofia da educação são importantes para garantir que a educação seja mais do que um processo meramente instrumental, ou seja, mais do que apenas um meio para alcançar um objetivo específico.

A propagação da concepção mítica de violência pode se dar por intermédio da violência simbólica, que é a imposição de valores, crenças e normas culturais que legitimam as desigualdades e a opressão. Essa violência é sutil e muitas vezes invisível, mas é igualmente danosa e impactante na formação dos sujeitos. Diferentemente do conceito tradicional de violência, que está associado a práticas físicas e agressivas, essa violência coercitiva é reificada no pensamento por meio de teorias referenciais dos fundamentos e práticas educacionais, que perpetuam a reprodução de valores e normas culturais hegemônicas, como as teorias funcionalistas, tecnicistas, das competências e habilidades, teoria do capital humano, etc. Essas teorias tendem a naturalizar as desigualdades e a opressão, reforçando a dominação de certos grupos sobre outros através da defesa da ideia de que a educação é uma ferramenta exclusiva para a emancipação individual. E a aquisição de habilidades e competências podem ser usadas para obter empregos melhores e aumentar a produtividade, podendo levar a uma visão utilitária da educação e subestimar outros valores importantes, como a formação de cidadãos críticos e engajados.

Assim, a violência predadora do sistema pode colaborar para a reprodução de valores e normas culturais hegemônicas na educação de diversas maneiras. Uma delas é através do controle e regulação dos corpos e comportamentos dos estudantes, que podem ser moldados para se adequarem aos padrões sociais dominantes. Além disso, a imposição de medidas disciplinares e punitivas pode servir para robustecer a autoridade do poder estatal e reproduzir a ideia de que a ordem social deve ser mantida

a qualquer custo, mesmo que isso implique restrições às liberdades individuais e direitos humanos.

Outro ponto importante é que a violência muitas vezes é utilizada para justificar a discriminação e a exclusão de determinados grupos sociais considerados "perigosos" ou "indesejados". Isso pode levar a uma reprodução de preconceitos e estereótipos, que são perpetuados no ambiente escolar e reforçados através da cultura e práticas pedagógicas. Cabe destacar que a violência também pode ser utilizada como uma ferramenta de poder para manter as desigualdades e injustiças sociais. Através do controle dos corpos e da imposição de medidas punitivas, o sistema educacional pode perpetuar a marginalização de grupos vulneráveis, que muitas vezes são os mais afetados pelas políticas de combate à violência com o uso da força.

São algumas dessas características que aparecem nas entrevistas com professores realizadas na pesquisa que Tardif e Lessar relatam:

Historicamente falando, a educação sem coerção física é um fenômeno bastante recente, inclusive no meio escolar. Contudo, o desaparecimento de tal coerção visível não significa que ela tenha desaparecido das relações entre a escola e o aluno, entre os professores e os alunos. Em diversos testemunhos de professores vimos que algumas escolas eram ambientes muito tumultuados e mesmo violentos, o que exigia da parte deles uma forte disciplina e um severo controle dos grupos. Mas para além desses fenômenos, não deixa de ser verdade que se pode perceber, no discurso dos professores, várias formas de coerção simbólica, como o desprezo, a reticência ou a recusa de considerar alguns alunos como sendo capazes de aprender, a vontade de excluir alguns, considerados como nocivos, a resignação ou a falta de atenção, voluntária ou não, em relação a alunos "lentos", o racismo, etc. (2008, p. 265-266).

Embora a coerção física tenha diminuído significativamente, ainda existem outras formas de coerção presentes nas relações entre escola, professores e alunos. Muitas vezes, essa violência assume formas

simbólicas, como desprezo, exclusão, racismo e falta de atenção. Tais atitudes podem prejudicar o processo de aprendizagem dos alunos e reforçar desigualdades sociais, além de violar os direitos humanos e a dignidade das pessoas. Portanto, o ideal é que a escola e os professores estejam atentos a essas formas de repressão e trabalhem para promover uma educação que valorize a diversidade e a singularidade de cada aluno. Isso pode ser feito por meio de políticas e práticas pedagógicas que favoreçam a participação ativa dos alunos, a valorização de suas experiências e saberes e a construção de um ambiente escolar acolhedor e seguro.

A visão mítica da violência é ampliada hoje pelas redes sociais, ao propagar discursos de ódio, intolerância e exclusão, perpetuando a violência simbólica. Por isso, é importante que a filosofia da educação contribua na desconstrução dessas teorias referenciais, promovendo uma educação mais ética, crítica e transformadora, capaz de questionar as desigualdades e a opressão, e de formar sujeitos autônomos e capazes de pensar por si mesmos. Nesse sentido, questiona a violência coercitiva na educação, que difere do conceito tradicional de violência por não estar restrita a práticas físicas e agressivas, mas se manifestar por meio de valores, crenças e normas culturais que legitimam as desigualdades e a opressão.

Conclusão

O artigo propõe uma outra perspectiva de análise dos arquivos da violência na educação a partir das noções de violência mítica e violência divina, de acordo com Walter Benjamin. A violência mítica se baseia na inferiorização do outro e pode estar presente em situações de discriminação, preconceito e exclusão social. Já a violência divina é exercida pelo poder em si mesmo, sem se basear em categorias meios-fim, e pode estar presente em relações de autoridade na escola, por exemplo. O silenciamento dos arquivos da violência muitas vezes está relacionado a uma concepção mítica de poder e autoridade, que perpetua esse comportamento.

Apesar das dificuldades como o corte de verbas e a perseguição aos profissionais da educação no Brasil dos últimos anos, a reflexão sobre a violência e sua relação com a educação é fundamental para promover mudanças significativas na sociedade. Portanto, a reflexão sobre a violência na educação na perspectiva dos arquivos da memória pode contribuir para a transformação social, uma vez que pode apresentar soluções que vão além do tratamento dos sintomas.

Essa mudança de perspectiva refere-se à uma abertura para o diálogo crítico e a reflexão sobre as práticas pedagógicas e a compreensão da violência em diferentes contextos. Também, a valorização da memória como ferramenta para o enfrentamento dos problemas presentes e futuros. Na medida em que a educação se abre a outras possibilidades, potencializando os referenciais teóricos da ideia de arquivo da violência, como forma de refletir sobre os seus próprios pressupostos, ela poderá se implicar, de forma coordenada, com a lacuna do lugar vago da docência abandonado por certas teorias da educação.

Em meio a essa situação, o texto defende que as mudanças e reformas necessárias na educação deveriam começar pelo pensamento, e destaca a existência de uma violência criativa, que pode ser entendida a partir da reinterpretação do mito de Prometeu proposta por Walter Benjamin. O autor menciona a figura do herói mítico Prometeu, como arquétipo do mundo da cultura que valoriza a dimensão da memória como forma de prevenção à violência. A questão apresentada é como as narrativas da escola podem ser libertadas da falta de memória e promover a retirada dos arquivos da violência do seu silenciamento.

A menção à violência criativa de Benjamin aponta para a ideia de que nem toda forma de violência é negativa ou destrutiva. Benjamin utiliza ainda o mito de Prometeu como exemplo dessa violência divina, que seria capaz de superar a violência predatória presente na sociedade. Através da hermenêutica, seria possível reinterpretar os mitos e tradições para encontrar elementos que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Assim, no contexto da violência escolar, a tragédia “Prometeu acorrentado” tem muitas lições a oferecer. Primeiro, é importante valorizar a razão e a inteligência em detrimento da força bruta. Em segundo lugar, é fundamental preservar a memória do passado, uma vez que ela é a base da educação e do desenvolvimento humano. Portanto, essa metáfora contribui para pensar a importância da memória na luta contra a violência e como as escolas e teorias da educação se posicionam na sua relação com o passado e o problema do esquecimento. Em terceiro lugar, é necessário enfatizar a importância do diálogo, do discurso racional e do apoio emocional na resolução de conflitos, e na prevenção da violência escolar. Tais dispositivos potencializam a ideia de uma educação libertadora e crítica, que desafie esses valores e normas, e que forme sujeitos autônomos e capazes de pensar de forma independente e questionadora.

A reflexão proposta é importante porque chama a atenção para a necessidade de repensar o papel da educação em tempos de barbárie crescente. Em um contexto de violência e autoritarismo, é fundamental buscar alternativas que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais pacífica e democrática. Nesse sentido, a hermenêutica pode ser uma ferramenta importante para repensar a educação a partir de uma perspectiva mais crítica e transformadora.

Para superar o impasse interpretativo que defende o uso da força física e, portanto, das armas, como solução para a violência, é preciso ampliar a reflexão sobre esse problema. Essa ampliação passa pelo fomento ao debate público e a participação dos diversos atores envolvidos na educação, formar professores para lidar com as questões da violência, criar políticas públicas que promovam a segurança nas escolas e a cultura de paz, e resgatar a importância da memória e dos arquivos como ferramentas para a compreensão e transformação da realidade.

Isso porque a ocultação e o silenciamento dos arquivos e da memória sobre a violência nas escolas podem ter vários efeitos negativos, como a perpetuação da violência, a falta de consciência sobre o problema, o sentimento de impotência dos envolvidos, a perda da confiança na escola e

nas instituições responsáveis por ela, e a dificuldade em elaborar soluções efetivas.

Essa postura questionadora é vital para evitar que os arquivos da violência escolar sejam usados de forma estratégica para enfraquecer ou controlar determinados grupos ou indivíduos, transformando o ato de questionar em uma prática de resistência contra o preconceito e a banalização da violência. A filosofia da educação, portanto, não apenas esclarece os supostos políticos e ideológicos por trás desses arquivos, mas também nos encoraja a romper com as "trivialidades" e os "preconceitos" que limitam nossa compreensão e nossa capacidade de agir de forma justa e equitativa dentro do contexto educacional.

No entanto, para fazer com que os "arquivos falem", isso demanda um maior investimento no diálogo hermenêutico, na escuta atenta, empatia e compreensão mútua. Assim, podemos superar a lógica da violência e criar alternativas mais efetivas para combater esse problema nas escolas e na sociedade.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Lo que queda de Auschwitz: El archivo y el testigo*. Homo Sacer III. Valencia: Pre-Textos, 2002.
- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades, 2013. p. 121-156.
- BERNSTEIN, Richard. *Violencia: pensar sin barandillas*. Barcelona: Ed. Gedisa, 2015.
- CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000100002>.
- CHRISPINO, Álvaro; DUSI, Miriam Lucia Herrera Masotti. Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 597-624, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000400007>.

DEBARBIEUX, Eric.; BLAYA, Catherine. Introdução. In: DEBARBIEUX, Eric.; BLAYA, Catherine (Orgs.). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ÉSQUILO. *Prometeu acorrentado*. Ajax/Sófocles. Alceste/Eurípedes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (A tragédia grega; v. 6), 1998.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LÓPEZ, Carlos Pérez. Reglas de um juego, tempos de la huelga. Escalas entre lenguaje, política e historia. In: OYARZÚN R., Pablo; LÓPEZ, Carlos Pérez; RODRÍGUEZ, Federico (Eds.). *Letal e incruenta: Walter Benajmin y la crítica de violência*. Santiago: LOM Ediciones, 2017. p. 219-236

HARTUNG, Günter. Mito. In: WIZISLA, Erdmut; OPITZ, Michael (Eds.). *Conceptos de Walter Benjamin*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2014

MORO, Neiva de Oliveira. “Livro preto”: como eram tratadas a disciplina e a indisciplina nas escolas da região dos campos gerais - sua base legal, conteúdo e representações sociais que produzem. *Histedbr*, Campinas, Coleção Navegando, p. 1-13, 2006. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/neiva_de_oliveira_moro_artigo_0.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

PAZ, Miguel Angel Quintana. Violencia. In: ORTIZ-OSÉS, Andrés; LANCEROS, Patxi (Orgs.). *Claves de hermenéutica: Para la filosofía, la cultura y la sociedad*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2005. p. 557-566.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. *A impostura do mestre*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

RICOEUR, Paul. Violência e linguagem. In: RICOEUR, Paul. *Em torno ao político*. São Paulo: Loyola, 1995.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente. Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TREVISAN, Amarildo Luiz. Educação e violência: a educação contra o fascismo. *Educação*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.2.35788>.

TREVISAN, Amarildo Luiz. Teorias da educação: a violência entre meios e fins.
In: TOMAZETTI, Elisete Medianeira; ROSSATTO, Noeli Dutra. Filosofia e educação: ética, biopolítica e barbárie. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 63-81.

Data de registro: 31/03/2023

Data de aceite: 28/08/2024